



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Doutoramento (3.º ciclo) 2020/2021

Unidade curricular

**Direito Constitucional – Turma A**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**Prof. Doutor Rui Guerra da Fonseca** 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O tema do presente seminário coloca os alunos perante um problema difícil e cada vez mais relevante: o de saber se a fiscalização da constitucionalidade pode ter por padrão normas que protegem direitos humanos, que são normas jusinternacionais. Assim, está em causa um problema clássico de Direito Constitucional, qual seja o de saber se podem ser normas-padrão de fiscalização da constitucionalidade normas que se encontram fora da constituição em sentido formal, mas às quais se fala de um “apelo de constitucionalidade” não apenas em razão da matéria (direitos humanos; ou fundamentais internacionais?) mas da força que as mesmas podem atingir, designadamente *iuris cogentis*.

Conteúdos programáticos

TEMA:

*AS NORMAS QUE PROTEGEM DIREITOS HUMANOS COMO PADRÃO DE CONTROLO DA CONSTITUCIONALIDADE?*

- I. Introdução e colocação do problema
- II. A razão de ser da “limitação à Constituição” do padrão de controlo da constitucionalidade
- III. O caso do controlo de convencionalidade
- IV. A abertura da Constituição aos direitos humanos
- V. Constitucionalização de normas de Direito Internacional?
- VI. A relação entre a Constituição e as fontes de Direito Internacional dos Direitos Humanos enquanto tais
- VII. Implicações de uma resposta positiva e de uma resposta negativa ao problema colocado
  - a. Desvalor dos atos
  - b. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade
  - c. Outros efeitos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

O presente curso visa desenvolver nos alunos um pensamento crítico adequado a um curso de mestrado. Esse pensamento crítico deve ser, não apenas especulativo, mas combinado com a busca da aptidão para a resolução de problemas práticos a partir de modelos teóricos. Nessa medida, pretende-se cultivar elementos característicos tanto de um pensamento dogmático como de um pensamento zetético. O tema escolhido é particularmente propenso a tal e útil para conduzir os alunos por um percurso de investigação, escrita e apresentação de pensamento próprio.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino consiste, essencialmente, na apresentação de cada temática por parte do professor, em sessões de seminário, sendo transmitido aos alunos um conjunto de hipóteses por temática para propiciar a discussão e o aprofundamento da investigação própria. Para o efeito, será aconselhada bibliografia (além da lista *infra*).

A avaliação dos alunos será feita com base (i) nos trabalhos entregues ao longo do ano que lhes sejam solicitados (breves comentários, resenhas, etc.), (ii) na sua participação presencial nos seminários, e (iii) num relatório final escrito a entregar em prazo a definir.

A metodologia de ensino e avaliação manter-se-ão, com as devidas adaptações, caso haja necessidade de recorrer a modalidades de ensino à distância, designadamente por causa da pandemia COVID-19.

Nesta UC serão utilizadas as modalidades de ensino à distância permitidas pela FDUL, sem que isso importe qualquer prejuízo para os alunos ou distinção entre os mesmos (caso sejam utilizadas metodologias mistas de ensino presencial e à distância). Todos os alunos serão bem-vindos.

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Num curso de mestrado em Direito e Ciência Jurídica (parte escolar) é fundamental fornecer temas aos alunos que lhes permitam abordagens menos tradicionais, e fora da sistematicidade normalmente utilizada na licenciatura, assim como usar uma metodologia que auxilie esse objetivo).

#### Bibliografia principal

##### Bibliografia do Professor em matéria de Direito Internacional dos Direitos Humanos:

- Fonseca, Rui Guerra, *Proteção Internacional dos Direitos Humanos — Introdução à disciplina. Sumários desenvolvidos*, AAFDL, Lisboa, 2018.
- \_\_\_\_\_, “A maturidade da ação de responsabilidade civil extracontratual do Estado por atraso na justiça (segundo o TEDH) - Ac. do TEDH de 29.10.2015, Queixa n.º 73798/13”, *Cadernos de Justiça Administrativa*, 122, Março-Abril 2017, pp. 49-65.
- \_\_\_\_\_, “A Declaração Universal dos Direitos Humanos na Constituição da República Portuguesa”, in *Nos 40 Anos da Constituição*, org. Jorge Miranda, AAFDL, Lisboa, 2017, pp. 74-83.
- \_\_\_\_\_, “O Direito Internacional dos Direitos Humanos no Pensamento de Hans Kelsen”, in *O Pensamento de Hans Kelsen — Influências, Contexto e Atualidade*, Pedro Moniz Lopes (coord.), AAFDL, 2020, pp. 333-344.
- \_\_\_\_\_, “Acórdãos e decisões e os respetivos efeitos”, in *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, III, coord. Paulo Pinto de Albuquerque, Universidade Católica Editora, 2020, pp. 3149-3180.
- \_\_\_\_\_, “Global Constitutionalism And Social Rights: A Few Notes On Human Rights In The Quest For A Substantive Rule Of Law”, in *Contemporary Issues of Human Rights Protection in International and National Settings (Ljubljana – Augsburg 2nd Conference on Contemporary Issues of International Law)*, coord. Vasilka Sancin / Stefan Lorenzmeier, Nomos Verlag, 2017, pp. 229-243.
- Ireneu Cabral Barreto / Rui Guerra da Fonseca, “A ‘doutrina Bosphorus’ e a tendência para a ampliação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos: algumas notas”, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Sousa Ribeiro*, Tribunal Constitucional, II, Almedina, 2019, pp. 573-594.

##### Bibliografia geral de Direito Constitucional:

- Correia, Fernando Alves, *Justiça Constitucional*, 2.ª ed., Almedina, 2019.
- Alexandrino, José de Melo, *Direitos Fundamentais - Introdução Geral*, 2.ª edição, Estoril: Principia, 2015.
- Alexandrino, José de Melo, *Lições de Direito Constitucional*, 2 vols., Lisboa: AAFDL, 2015.
- Amaral, Maria Lúcia, *A Forma da República: uma introdução ao estudo do direito constitucional*, reimpressão, Coimbra: Coimbra Editora, 2012.
- Andrade, José Carlos Vieira de, *Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976*, Reimpressão da 5.ª Edição de 2012, Coimbra: Almedina, 2017.
- Canotilho, José Joaquim Gomes, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.ª edição - reimpressão, Coimbra: Almedina 2015.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- Canotilho, José Joaquim Gomes / Moreira, Vital, *Constituição da República Portuguesa*, 2 vols., Reimpressão da 4.ª edição revista. Coimbra: Coimbra Editora, 2014.
- Gouveia, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Constitucional*, 2 vols., 5.ª edição, Coimbra: Almedina, 2013-2014.
- Miranda, Jorge, *Curso de Direito Constitucional*, 2 volumes, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2016
- Miranda, Jorge, *Direitos Fundamentais*. 2.ª edição. Coimbra: Almedina, 2017
- Miranda, Jorge / Medeiros, Rui, *Constituição Portuguesa Anotada*, Vol. I - Artigos 1.º a 79.º, 2.ª edição revista, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2017; Vol. II - Artigos 80.º a 201.º, 2.ª edição revista, atualizada e ampliada Lisboa: Universidade Católica Editora, 2018; Vol. III - Artigos 202.º a 296.º. Coimbra: Coimbra Editora, 2007
- Morais, Carlos Blanco de, *Curso de Direito Constitucional*, 2 tomos, Coimbra: Coimbra Editora;
- Morais, Carlos Blanco de, *Justiça Constitucional*, 2 tomos, 2ª edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2006-2011.
- Novais, Jorge Reis, *A Dignidade da Pessoa Humana*, 2 vols., Coimbra: Almedina, 2015-2016.
- Novais, Jorge Reis, *Os princípios constitucionais estruturantes da República Portuguesa*, reimpressão da edição de janeiro de 2011, Coimbra: Coimbra Editora, 2014;
- Novais, Jorge Reis, *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional*, Lisboa :AAFDL, 2017;
- Novais, Jorge Reis, *Direitos Sociais: Teoria Jurídica dos Direitos Sociais enquanto Direitos Fundamentais*, Lisboa :AAFDL, 2017.
- Otero, Paulo, *Direito Constitucional Português*, 2 vols., reimpressão, Coimbra: Almedina 2017;
- Otero, Paulo, *Instituições Políticas e Constitucionais*, Coimbra: Almedina, 2009;
- Otero, Paulo, *Comentário à Constituição Portuguesa* (Coord.), Vol. II (Rui Guerra da Fonseca, "Organização Económica") e Vol. III, 1.º tomo (Alexandre Sousa Pinheiro/Pedro Lomba, "Princípios Gerais da Organização do Poder Político"), Coimbra: Almedina.

#### Bibliografia geral preparatória sobre Direito Internacional dos Direitos Humanos:

- Barreto, Ireneu Cabral, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 5.ª ed., Almedina, 2016.
- Martins, Ana Maria Guerra, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Almedina, 2011.
- Moeckli, Daniel / Shah, Sangeeta / Sivakumaran, Sandesh / Harris, David, *International Human Rights Law*, 3.ª ed., Oxford University Press, 2018.
- Moreira, Vital / Gomes, Carla Marcelino (coords), *Compreender os Direitos Humanos - Manual de Educação para os Direitos Humanos*, Coimbra Editora, 2014.
- Sudre, Frédéric, *Droit européen et international des droits de l'homme*, 13.ª ed., PUF, Paris, 2016.
- Zanghì, Claudio, *La protezione internazionale dei diritti dell'uomo*, 3.ª ed., G Giappichelli Editore, 2013.

#### Bibliografia geral de Direito Internacional Público:

- Baptista, Eduardo Correia, *Direito Internacional Público*, II, AAFDL, 2004, pp. 429 ss.
- Brownlie, Ian, *Princípios de Direito Internacional Público*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 457 ss.
- Gouveia, Jorge Bacelar, *Manual de Direito Internacional Público*, 5.ª ed., Almedina, 2017, pp. 543 ss.
- Machado, Jónatas E. M., *Direito Internacional — Do Paradigma Clássico ao Pós-11 de Setembro*, 4.ª ed., Coimbra Editora, pp. 393 ss.
- Miranda, Jorge, *Curso de Direito Internacional Público*, 6.ª ed., Principia, 2016, pp. 309 ss.
- Morais, Carlos Blanco de, *Direito Internacional Público — Sumários Desenvolvidos*, 2.ª ed., AAFDL, 2017.
- Pereira, André Gonçalves /Quadro, Fausto de, *Manual de Direito Internacional Público*, pp. 535 e 595 ss.
- Shelton, Dinah L., *Advanced Introduction to International Human Rights Law*, Edward Elgar, 2014.

Outras indicações bibliográficas serão tematicamente fornecidas nas aulas.

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular unit sheet

Curricular unit

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

-----

Learning outcomes of the curricular unit

Syllabus

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

Teaching methodologies (including evaluation)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Main Bibliography

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.